

Não há saúde que resista à política e à ideologia

As reportagens publicadas pelo **Jornal da Tarde**, revelando a penúria dos hospitais públicos, o inconformismo dos profissionais de saúde que neles trabalham, a passividade da população que a ela se sujeita sem protestar e a insensibilidade das autoridades responsáveis pela calamidade que virou o atendimento médico-hospitalar oficial, constituiriam um cenário típico de ficção de horror, não fosse o quadro trágico vivido pela coletividade brasileira.

A saúde do povo é uma das maiores responsabilidades de qualquer sociedade moderna e civilizada. E o cumprimento dessa obrigação exige uma política racional, sadia, impessoal e absolutamente livre de preconceitos e de interesses partidários. Com a abertura democrática a partir de 1985, surgiu a oportunidade de se elaborar uma política de saúde desse teor no Brasil, em que fossem considerados a realidade presente e os recursos materiais e humanos existentes, de modo a se poder atender às necessidades da população no menor tempo e da melhor forma possível.

Infelizmente, porém, os ideólogos de esquerda e os políticos sem grandeza vislumbraram neste processo a oportunidade para perseguir seus objetivos particulares. Assim, com base no interesse convergente de políticos fisiológicos e grupelhos ideológicos, nasceu uma política nacional de saúde canhestra, cuja doutrina foi plantada na 8ª Conferência Nacional de Saúde e desde então vem sendo incrementada passo a passo.

Como consequência da orientação estatizante imposta naquele encontro, iniciou-se uma perseguição contra a iniciativa privada, ignorando-se completamente sua vital importância: ela representa 85% dos recursos materiais e humanos existentes no setor e responde por 90% das internações e 65% dos atendimentos ambulatoriais. Em vez de convocar todos os órgãos públicos e privados para a gigantesca tarefa de redimir a saúde brasileira, os saudocratas passaram a ameaçar a rede hospitalar privada de desapropriação, de intervenção e, até mesmo, de expropriação.

Com a criação do Serviço Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), que poderia ter sido uma boa solução se não estivesse eivada de vieses socializantes, deteriorou-se o convívio entre a iniciativa privada e os órgãos públicos. Progressivamente, os hospitais privados foram sendo excluídos do atendimento médico-hospitalar à população, o que provocou uma sobrecarga de serviços para os hospitais públicos e levou ao descalabro retratado pelas reportagens que publicamos.

O que provocou esta degeneração foi a existência, na origem do Suds, de três dos principais vícios de qualquer aparelho estatal: politicagem, ideologia e incompetência. Os maus políticos enxergaram no Suds, com o repasse das verbas federais para os cofres estaduais, a oportunidade de se assenhorearem desses recursos para compor seus cartórios eleitorais. Os desvios têm sido amplamente demonstrados por denúncias feitas nos tribunais de contas dos estados e da União: verbas são usadas para atender reivindicações salariais de funcionários estaduais de saúde, criando suplementações ao arrepio da lei, com o aparecimento, até, de verdadeiros **Caixas 2**; realizam-se compras de materiais que nada têm a ver com a saúde; e até aplicações na ciranda financeira acontecem. Desse modo, os já escassos recursos disponíveis tornaram-se ainda mais escassos.

Os ideólogos de esquerda vislumbraram no Suds a oportunidade para implantar no Brasil a estatização total dos serviços de saúde. Para atingir esse objetivo, procuraram sufocar a iniciativa privada, atrasando pagamentos, e concentrar os atendimentos na rede pública. Ou, então, com expedientes como a recente decisão do Suds, que o transformou numa espécie de sucursal das Casas Pernambucanas, cujo slogan **pague 2 e leve 3** foi reeditado na forma de atenda 2 e receba 1.

Também nesta área nossos esquerdistas estão na contramão da história. Hoje, os países da cortina-de-ferro, URSS à frente, estão denunciando as mazelas da medicina estatal e procurando ressuscitar a iniciativa privada. A Inglaterra de Margaret Thatcher e os Estados Unidos arrendam hospitais públicos à iniciativa privada, certos de que, assim, terão serviços de melhor qualidade e menor custo. Nossa esquerda, no entanto, com o apego ao passado que a caracteriza, ainda não descobriu o óbvio: que o setor privado é mais eficiente que o setor público em qualquer campo da atividade humana.

Os próprios documentos do Inamps mostram, por exemplo, que a mortalidade materno-infantil é maior nos hospitais públicos do que nos conveniados, apesar dos custos daqueles serem dez vezes maiores. E a própria população tem plena consciência da péssima qualidade dos serviços públicos: só quem não tem mesmo dinheiro para pagar um tratamento particular usa o atendimento oficial.

O terceiro fator a tornar sombrio o futuro da saúde no Brasil é a incompetência dos homens que receberam na "Nova" República a incumbência de tratar da saúde. Esta incompetência nasce da deficiência da formação profissional básica dos que se encastelaram no poder. Este problema foi de certa forma abordado em recente artigo pelo prof. Adib Jatene, no qual ele propôs a criação de um Ministério da Doença ao lado do Ministério da Saúde. Neste trabalhariam os sanitários, mais talhados para os projetos de prevenção e manutenção da saúde. Os doentes ficariam com o Ministério da Doença, entregues a médicos praticantes familiarizados com os problemas das doenças e do envolvimento psicossomático destas situações.

Ao se envolvêrem no tratamento de doenças, os sanitários acabaram-se descuidando de suas áreas específicas de ação e deixando o Brasil, nos umbrais do século XXI, apresentar-se como um país do Quarto Mundo, onde foi ressuscitada a dengue, a febre amarela e onde ainda prevalecem problemas crônicos como a malária, o sarampo, a meningite...

Tanto isso é verdade que pela primeira vez na história do Brasil os governos, cuja função precípua sempre foi a da prevenção, transformaram as secretarias de saúde em balcão de vendas de vacinas. Eles alegam falta de verbas, mas o Suds, em âmbito nacional, esbanja recursos em suplementações salariais e outros desvios. Além de escandalosa e imoral, a venda de vacinas é constitucional desde que essas mesmas forças, com ardor demagógico, inscreveram na Constituição Federal que "Saúde é um direito do cidadão e dever do Estado".

O **círculo de horrores** que o **Jornal da Tarde** desvendou no Hospital Municipal do Tatuapé e no Pronto-Socorro das Clínicas mostra que a saúde é assunto muito sério para ser tratado na base da politicagem e das lutas ideológicas.

6861 7AF 61

JORNAL DA TARDE